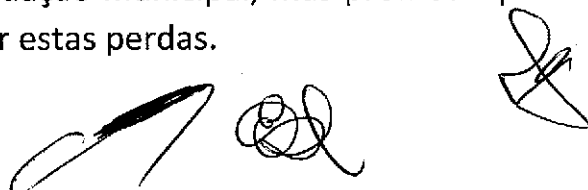


Ata da reunião extraordinária do Conselho Administrativo do Previ Queimados em 30/11/2023.

O Presidente Luiz Alberto dos Santos declara aberta a reunião e passa a palavra para o Secretário de Fazenda e Planejamento Alex Binot que inicia uma explanação do cenário encontrado em 2021, déficit atuarial, repasses de servidores e patronal atrasados, hoje atualizados. Entretanto veio a crise de 2023 nos municípios afetando os repasses por parte da União e Estado. Em 2022 o repasse do FPM (Fundo de Participação do Município) foi de 93 milhões, em 2023 foi repassado 76 milhões, gerando um prejuízo no recebimento deste recurso na monta de 17 milhões, assim como os royalties, cujos repasses foram 10 milhões a menor. Buscou-se compensar a crise que afetou os municípios com o aumento da arrecadação própria. O ISSQM saltou de 1,2 milhões em 2021 para 2,5 milhões em 2023, também afirmou que houve incremento de receita no IPTU, conforme o RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária. E que tal crise nas transferências federais e estaduais provocaram atrasos no pagamento dos termos de parcelamento e no parcelamento atuarial da dívida herdada da gestão anterior. Se compromete com o Conselho Administrativo que não haverá atraso nos repasses de patronal e servidor. Quanto aos parcelamentos, três dos que estão em vigor, estão na pauta da secretaria de Fazenda quitá-los em 2024.

Explica que houve uma mudança de entendimento pelo TCE/RJ – Tribunal de Contas do Estado em relação a execução do FUNDEB. Conforme estabelece a CRFB/88 a aplicação de recursos na Educação é de no mínimo 25% através do FUNDEB (fundo composto de impostos e transferências constitucionais), com o advento da pandemia os tribunais também concederam um prazo para compensar os repasses a menor dos anos anteriores. Informa que em apuração de relatórios bimestrais apurados pela SEMFAPLAN o índice de aplicação de recursos em Educação totalizavam 31,5%, entretanto fora notificado pelo TCE/RJ, em 30 de outubro de 2023 que somente 24% foram aplicadas, o que aponta para a necessidade de desembolsar um grande volume de recursos próprios para cumprir o percentual de investimento em Educação.

Somadas as crises, o controle passou a ser compartilhado com o governo federal e implementa em 01/08/23 a NFSE - nota fiscal eletrônica de âmbito nacional o que gerou uma queda na arrecadação municipal, mas promete que estão sendo envidadas ações para recuperar estas perdas.



Ainda sobre os três parcelamentos a serem quitados em 2024, até julho de 2022 os parcelamentos eram pagos com recursos do royalties, a partir desta data não se pode mais pagar despesas previdenciárias (patronal e servidor) com este recurso e os parcelamentos passaram a ser pagos com recursos próprios, o que totaliza hoje cerca de 2 milhões.

Do exposto explica sobre a necessidade de reparcelamento deste valor, a fim de torná-lo sustentável, entretanto com base na EC 103/2019 não se pode parcelar acima de 60 vezes, se não houver uma Lei de Reforma da Previdência Municipal conforme aparte do Presidente do Previ. Explica que a reforma é urgente pois herdamos três parcelamentos sem assinatura do ex-prefeito, desde 2008 e que a preocupação é cuidar para que o PL e aposentadoria sejam garantidos. O conselheiro Marcelo corrobora com a necessidade de reparcelamento e diz que no passado a gestão previdenciária foi negligenciada. A conselheira Ester ratifica a necessidade de averiguação correta do número de parcelas, bem como do incremento da receita por outros meios, para que esta prática não se torne um ciclo vicioso.

Retorna a palavra ao Presidente do Previ que corrobora com a conselheira Ester e explica que o envelhecimento do município aumenta a necessidade de uma política sólida de investimentos. Que hoje 8 milhões estão investidos a longo prazo (letras financeiras), podendo chegar a 11 milhões.

Retorna a palavra ao Secretário Alex Binot que mais uma vez destaca a adimplência da atual gestão em relação aos repasses e que medidas de incremento da receita estão sendo adotadas, como exemplo a auditoria do ICMS e a parceria com o Estado existe a possibilidade de recuperação de R\$ 297 mil/mês, a partir de janeiro de 2024, podendo chegar a R\$ 900 mil por mês. Disse ainda da auditoria do ISS dos bancos e que existe a possibilidade de incremento em 2024, a partir de janeiro de 2024, podendo chegar a R\$ 900 mil por mês. Disse ainda da auditoria do ISS dos bancos e que existe a possibilidade de incremento em 2024, encontra-se também em implantação o novo programa de inteligência artificial integrado a receita federal, a expectativa é de arrecadar cerca de R\$ 41 milhão e 200 mil. O novo sistema possibilitará também o protesto eletrônico e a expectativa é de reduzir a dívida ativa de R\$ 41 milhões para R\$ 34 milhões, com a arrecadação de cerca de R\$ 7 milhões. Chama a atenção de que é tarefa de todos conferir boletos, exigir nota fiscal e observar se o cadastramento é em Queimados.



O conselheiro Marcelo Ribeiro indaga sobre o percentual de aumento do servidor e o secretário responde que está em estudo pela equipe técnica da SEMFAPLAN, assim como o equilíbrio da redução de gastos e aumento da receita.

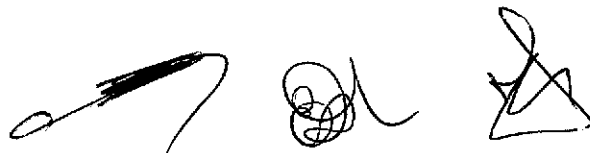
O conselheiro suplente Manoel Luiz se sempre esteve à frente da Autarquia servidores de carreira, em decorrência de um comentário da conselheira Katia Ramos, que não basta ser de carreira para estar a frente do instituto, precisa ter índole, reputação e formação compatível com a responsabilidade de quem está lidando com investimentos de longo prazo e que visam assegurar direitos futuros.

O Presidente do Instituto Sr. Jefferson Pereira corrobora com o comentário da conselheira e aduz sobre a necessidade de implantar a reforma previdenciária a fim de assegurar a sustentabilidade dos benefícios concedidos pelo Previ. O Secretário de Fazenda se despede. Em seguida submete-se ao conselho a aprovação do código de ética. Aprovado por unanimidade.

Ainda em sede da palavra o presidente apresenta o Sr. Vitor, consultor de investimentos da Consultoria Crédito e Mercado. Inicia sua apresentação explicando o que é a política de investimento e que a mesma visa definir metas e estratégias de investimentos que são posteriormente submetidas ao órgão fiscalizador conforme resolução 4963. São 17 itens que norteiam a política de investimento. O documento impresso contém cerca de 65 páginas. O conselho solicita a presença online do consultor na próxima reunião dia 19/12/23 às 10:00h. o Presidente do instituto ratifica a convocação, diz ainda que a proposta será submetida ao comitê de investimento que analisará previamente o quadro de alocação dos recursos do Previ e a meta de rentabilidade (meta atuarial cujo índice é 4,68% + IPCA, e que foi cumprida este ano e após será submetida ao Conselho de Administração para aprovação.

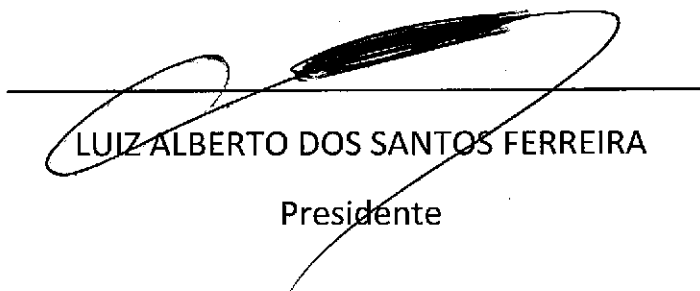
Nos últimos três anos nenhum RPPS conseguiu atingir a meta e o déficit atuarial se deveu a vários fatores queda na bolsa de ações, aumento na inflação, variação da Selic que estava em 3,75%, entre outros. Informa que a carteira de investimentos do PREVI está em conformidade com a legislação e encontra-se aplicada de forma diversificada.

O Presidente do conselho administrativo, Sr. Luiz Alberto indaga o



conselho, se há dúvidas, não havendo declarou encerrada a reunião.

Queimados 19 de dezembro de 2023.

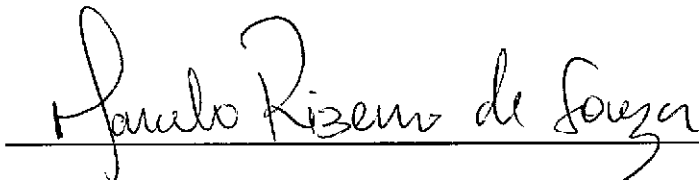


LUIZ ALBERTO DOS SANTOS FERREIRA
Presidente

KATIA RAMOS DA SILVA
Conselheira

LUIZ AUGUSTO REBOUÇAS DE SOUZA Jr.
Conselheiro

ELIZEU DA ROCHA FARIAS
Conselheiro



MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Conselheiro



ESTER PACHECO DANTAS
Conselheira